

que transparece dos comentários da imprensa e dos numerosos telegramas e missivas recebidos pelo Sr. Luiz Simões Lopes, todos aplaudindo sem restrições a idéia a que deu expressão o texto legal referido.

Realmente, considerando-se os elevados objetivos da entidade que se pretende organizar e pôr em funcionamento dentro do mais curto prazo possível, não há como deixar de apoiar-se entusiasticamente essa iniciativa, que visa, em última análise, proporcionar ao Brasil elementos de trabalho que lhe acelerem o ritmo do progresso. Trata-se de um empreendimento em que o Governo e os particulares unirão esforços no sentido de resolver um dos mais prementes problemas que se apresentam aos nossos administradores: o da formação de pessoal habilitado para as diversas atividades em que se desdobra o trabalho nacional. Daí a unanimidade da acolhida que teve o ato do Presidente Getúlio Vargas, repercutindo favoravelmente no seio da opinião pública do país.

Em nosso último número, pudemos noticiar a constituição da Comissão designada pelo Presidente do D.A.S.P. para auxiliá-lo no desempenho das atribuições que lhe foram cometidas pelo Decreto-lei n.º 6.693. Essa Comissão, após três laboriosas reuniões, acaba de terminar o projeto de Estatutos da entidade, o qual, na forma do parágrafo único do art. 2.º do referido decreto-lei, depois de submetido aos interessados, deverá ser aprovado pelo Ministro da Justiça, mediante a expedição de portaria.

Deliberou ainda a Comissão que a entidade em aprêço assumirá a forma de Fundação e que se de-

nominará "Fundação Getúlio Vargas", como manifestação de reconhecimento ao Chefe do Governo, pioneiro da implantação dos métodos de organização racional do trabalho no Brasil.

Todos os membros da Comissão participaram ativamente e com grande interesse das reuniões em que se fixaram os objetivos e as linhas orgânicas da Fundação Getúlio Vargas. Na última dessas reuniões, que se prolongou das 15 às 20 horas do dia 9 de agosto último, findos os trabalhos de discussão e votação dos Estatutos, o Presidente do D.A.S.P. agradeceu a colaboração de todos os membros da Comissão, cujo alto interesse salientou, declarando que, não obstante serem todos eles cidadãos cheios de ocupações, não tinham hesitado em deixar seus afazeres para se dedicarem inteiramente a êsse trabalho.

"A presença de eminentes personalidades nestas reuniões" — disse o Sr. Luiz Simões Lopes — "o carinho com que discutiram os assuntos focalizados em exaustivas reuniões, as valiosas sugestões apresentadas pelos Srs. Francisco Matarazzo Júnior, Guilherme Guinle, João Alberto, Euvaldo Lodi, Fábio Prado, Roberto Simonsen, João Daudt de Oliveira, Napoleão de Alencastro Guimarães e tantos outros, demonstram o quanto a organização que aqui estamos levantando corresponde aos mais legítimos interesses nacionais".

Antes de finalizar a reunião, o Prof. Carneiro Felipe, vivamente apoiado por todos os presentes, propôs uma moção de aplausos à maneira pela qual o Presidente do D.A.S.P. conduzira os trabalhos e ao valioso concurso que prestara no esclarecimento das questões trazidas a debate.

O sexto aniversário do Departamento Administrativo do Serviço Público

A Exposição de Edifícios Públicos

Em comemoração à data de 30 de julho, aniversário da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público, várias cerimônias se realizaram nesta Capital, com a participação de altas autoridades administrativas e de todos os que trabalham nesta casa.

Do programa de comemorações deste ano constaram uma missa em sufrágio das almas dos servidores do Departamento, já falecidos, uma reunião

íntima no gabinete do Sr. Luiz Simões Lopes e, à tarde, no auditório do novo edifício do Ministério da Educação e Saúde, a inauguração da Exposição de Edifícios Públicos, instalada no salão de exposições do mesmo edifício.

À missa, que foi celebrada às 8 hs. 30 m na Igreja de Santa Luzia, compareceram o presidente do D.A.S.P., diretores de Divisões e de Serviços,

numerosos servidores e membros das famílias dos saudosos companheiros de trabalho.

Às 11 horas todos os servidores do D.A.S.P. se dirigiram ao gabinete do Sr. Luiz Simões Lopes, onde, em uma cerimônia singela, porém bastante expressiva, falaram o técnico de administração Marcos Botelho, em nome dos seus colegas, e o Presidente do D.A.S.P., que, congratulando-se com seus subordinados pela data, teve oportunidade de anunciar aos presentes a assinatura de uma portaria instituindo uma Galeria de Honra, na qual figurarão os nomes daqueles que, pertencendo ou não aos quadros do Departamento, tenham prestado ou vierem a prestar serviços relevantes à obra em que o mesmo se acha empenhado.

Às 14 horas, no auditório do edifício do Ministério da Educação e Saúde, o Sr. Presidente da República, acompanhado dos chefes de suas casas civil e militar, e de altas autoridades, deu início à sessão inaugural da Exposição de Edifícios Públicos. Entre as autoridades então presentes viam-se os senhores: Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde; Apolônio Sales, Ministro da Agricultura; Paulo Lyra, Encarregado do expediente do Ministério da Fazenda; Jean Désy, Ministro do Canadá; Raul Morales Beltrami, Embaixador do Chile; Juan Bautista Ayala, Embaixador do Paraguai; Ministros Bento de Faria, Ataulfo de Paiva e Filadelfo Azevedo; Roberto Simonsen, Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo; Alberto Abreu Filho, representante do Presidente do Supremo Tribunal Federal; Isolino Ulhá, representante do Prefeito do Distrito Federal; D. Mamede, representante do Arcebispo do Rio de Janeiro.

Após declarar aberta a sessão, o Senhor Presidente da República deu a palavra ao Sr. Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que pronunciou o seguinte discurso:

“Senhor Presidente:

As exposições promovidas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público têm demonstrado o seu devotamento aos inúmeros e complexos problemas que lhe foram confiados. O primeiro desses certames, no ano de 1942, foi dedicado à mostra das atividades da organização do Governo Federal e obteve extraordinário êxito. O problema da padronização e racionalização do material nos serviços públicos constituiu o aspecto preponderante da exposição de 43, visando proporcionar ao público, ao comércio e às indústrias o conhecimento do que nesse plano tem sido realizado pelo Governo. Presentemente, cabe-me a

subida honra de convidar V. Excia. para declarar inaugurada a nova exposição das atividades governamentais, em que são apresentados os frutos obtidos na solução do problema dos edifícios públicos.

A situação que, em geral, sob esse aspecto, prevalecia, em todos os serviços de obras, era, com efeito, por demais precária, raiando, mesmo, pela anarquia. Nenhum plano para orientar as construções, que se levantavam ao sabor dos interesses, dos prestígios ou das dedicações temporárias. Por outro lado, o extraordinário surto de progresso nacional, que adquiriu acentuada aceleração depois de 1937, acarretou, como era de esperar-se, angustiosa e geral deficiência dos edifícios existentes para a localização dos serviços públicos. O crescimento destes, acompanhando o da própria Nação, tornou imprescindível vasto sistema construtivo. Foi o que V. Excia. fez, instituindo o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional que, em cinco anos, aplicou cerca de três bilhões de cruzeiros.

A Divisão de Edifícios Públicos, criada por Vossa Excelência no Departamento Administrativo do Serviço Público, e cujas atividades contam-se a partir da criação do Serviço de Obras, conseguiu, com grande capacidade e alto espírito de compreensão, eliminar, sem sobressaltos nem atitudes demolidoras, os velhos males existentes. À sua ação deve-se desde logo, não só a melhoria e padronização das normas adotadas para projetar, orçar e especificar, como para fiscalizar a execução das obras. Sanear e conduzir a bom termo as construções já iniciadas e orientar as que não podiam ficar à espera de um plano geral, foram os primeiros objetivos visados. A essa fase, cuja eficácia pode ser avaliada na atual exposição, sucede-se outra, que, através da reestruturação das Divisões de Obras dos Ministérios civis e das legislações relativas ao planejamento e à fiscalização das edificações, abrangerão, de modo racional e equilibrado, as necessidades dos diversos Departamentos da administração pública.

A exposição a ser inaugurada por V. Excia. constitui, sem dúvida, um dos acontecimentos mais expressivos da vida administrativa do país, se tivermos em conta o relêvo excepcional que se deve atribuir ao edifício público. No mundo de suas pequenas maravilhas, com as miniaturas, modelos, plantas que ali se reúnem, êste certame oferece, por isso mesmo, sugestões que convidam o espírito a meditar e a deduzir.

O edifício público é uma testemunha da vida de um povo, um documento escrito no tempo. Não se limita à finalidade imediata de serviço do Estado. É, por certo, um memorial da civilização que o informa. A época que não se assinala pela arquitetura, significação e valor das suas construções, sobretudo em matéria de edifícios públicos, é um tempo que nada revelou de novo, uma geração que não conseguiu confiar a sua mensagem ao porvir, uma comunidade que não soube perpetuar-se através do eloqüente simbolismo dos monumentos levantados pelo esforço coletivo.

As alterações do estilo arquitetônico, que se sucedem com a evolução dos povos, não são apenas conseqüências de novos materiais, métodos e técnicas. Refletem, principalmente, concepções peculiares de um período da História. Representam altos relevos da fisionomia social. São chan-

celas da vida evolutiva sobre o formato dos valores consagrados e o mármore das tradições.

Um pensador antigo já afirmou que os monumentos constituem o repositório dos atos que formam a estatística moral das sociedades extintas.

As realizações do Estado Nacional nesse campo de atividades públicas eloqüentemente evidenciadas na exposição dêste ano, traduzem especificamente o êxito de uma política fundada na preocupação de aparelhar com dignidade os serviços administrativos, dando-lhes instalações condizentes com a importância dos encargos que desempenham, e o novo regime de trabalho que os anima. Além disto, atestam, o notável progresso que alcançamos no sentido da racionalização das condições dos serviços públicos, a fim de auferir melhores rendimentos para a economia nacional, a eficiência do aparelho burocrático e a ascensão na carreira funcional.

Quem percorrer a exposição há de verificar como tudo o que aí se exhibe é significativo. Nos pórticos dos edifícios reproduzidos, nos seus confortáveis espaços, nos arejados interiores em que se dividem, na luz que os penetra, na disposição esclarecida dos seus traçados, sente-se a renovação da vida pública brasileira, encontra-se o Estado trabalhando à vista do povo e oferecendo aos funcionários e aos requerentes gôsto, simpatia, rapidez e deferência. E' a projeção de um espírito inovador, que prestigia a intensidade construtiva das horas que vivemos, bem diferentes de outros tempos, em que as sedes estreitas e sombrias das repartições refletiam a inércia do Govêrno, a displicência do funcionário e o desapareço pelas partes.

Nesse processo de transformação objetiva das atividades relacionadas com as funções da administração, o Estado demonstra, portanto, a capacidade de ser contemporâneo da mais difícil das épocas, a sua antevisão sobre o prodigioso futuro do país, além de oferecer uma prova de respeito e simpatia para com os seus servidores, e, no desvelo pelo bem estar do público, evidenciar a mesma substância democrática da ordem constitucional que inspirou a humanidade das suas leis e instituições no campo social.

Anote-se a êste respeito o caráter da maioria dos palácios em que se alojam agora serviços públicos. Grande parte dêles era, em tempos idos, residência suntuosa de senhores heraldicos. Para não alongar a referência, fixemos apenas dois exemplos. Na belã mansão em que residia a magnificência individual do Conde de Nova Friburgo, instalou-se exclusivamente o expediente da Presidência da República, para dar ao Estado a pompa necessária às relações com os outros povos. O retiro imperial da Quinta da Boa Vista, destinado, no tempo antigo, à meditação e à soledade, é um museu aberto ao público e, em tôrno da velha casa realenga, sob as grandes árvores, estão brincando crianças brasileiras e, nos domingos, merendam famílias operárias.

E' neste processo de transposição dos destinos imobiliários que se assiste melhor a ascendência dos interesses coletivos sobre os solilóquios do fausto individual.

Já se observou com inelutável procedência que os fins a que se destinam os mais belos edifícios de um povo, em determinada época, perfilham o sentido de sua civilização. As pirâmides do Egito são monumentos dinásticos representativos da soberania incontrastável dos reis. A Acrópole

grega conserva a clara imagem ateniense da cultura e da beleza. Em Roma, é o Forum que reflete, na segurança das suas linhas clássicas, a preocupação do direito, poderosa contribuição do gênio latino à civilização ocidental. Os tempos medievais estão condensados na arquitetura dos seus mosteiros, onde os monjes resguardaram, nos incunábulo, o que a sabedoria conseguiu salvar da invasão dos bárbaros e, na altivez solitária dos castelos, onde os fidalgos se recolhiam com os despojos da guerra, para dominar a secolta dos burgos humildes. A exuberância criadora da Renascença transborda, por sua vez, nas expressões artísticas dos seus monumentos, das suas basílicas, dos palácios de Mecenas, pondo no seu novo estilo a claridade daqueles dias ilustres e reformadores, que culminaram no esplendor do Louvre. Quando a França transpôs a linha divisória do progresso histórico, assinalada pelo sangue da Revolução, foi um marco de pedra que resumiu a tradição e os ideais dos velhos tempos — a Bastilha. Nenhuma demonstração mais viva existe, porém, de que os edifícios públicos são livros abertos, em que se escrevem as tendências características dos povos e das épocas do que a singularidade das edificações americanas. O equilíbrio, o espírito de convivência coletiva, o idealismo, ao mesmo passo que o amor ao recorde, e as afirmativas, estão impressos nas brancas colunas do Monte Vernon, e na simplicidade vertical dos arranha-céus.

Precisamos, portanto, considerar com profunda sensibilidade as construções que estamos levantando, porque deverão formular aos porvindouros os ideais e o labor fecundo dos dias que vivemos e oferecer, no depoimento indeformável da pedra, do cimento, do aço e do mármore, as definições da nossa realidade e dos nossos anseios comuns.

Tem sido repetido que a vida e a arquitetura no Brasil sofreram três influências principais: a da igreja, a do ouro e a da escravidão. Êsses ângulos de estudo, em relação aos edifícios públicos do Brasil contemporâneo, são preciosos elementos de elucidação sociológica que atuam em nossa existência presente.

As nossas grandes construções, em sua maioria empreendidas pelo Govêrno, estão a proclamar, agora, as ocupações dominantes do Estado na sua integração permanente com as necessidades e os imperativos primaciais da comunhão nacional. O Palácio do Trabalho, que é a casa grande dos direitos e das alegrias dos operários brasileiros; os Palácios da Guerra, da Marinha, da Fazenda e da Educação; os edifícios da Estação Pedro II, da Imprensa Nacional, da Alfândega, dos Institutos agrônômicos, das instituições de previdência, além de muitos outros, afirmam as inspirações da solidariedade humana, da defesa nacional, da elevação cultural e artística do povo, do amparo e assistência às classes, do anseio de progresso econômico e da confraternização social.

Desenvolvendo êsse programa e dotando os serviços públicos de instalações adequadas e perfeitas, em consonância com as exigências práticas, inerentes à organização modular dos órgãos administrativos, V. Excia., Senhor Presidente, realiza, ao mesmo tempo, uma obra de alto alcance para o desenvolvimento das nossas possibilidades arquitetônicas, proporcionando ao Brasil os estímulos necessários para criar a arquitetura afeiçoada à nossa realidade e concentrando a colaboração das nossas melhores vocações artísticas na tarefa do espaço administrativo, da eficiência fun-

cional e do conforto público. Preside, assim, V. Excia. ao renascimento da arquitetura oficial brasileira, procurando e favorecendo a fixação dos nossos padrões representativos, através do ecletismo das formas e da variedade das sugestões adaptadas ao nosso tempo transformativo e às peculiaridades do nosso clima.

A rede de edifícios públicos federais, que se estende pelo país em fora, desde a hospedaria para seringueiros, em Manaus, até o conjunto da Estação Experimental de Bagé, no Rio Grande do Sul; desde o Palácio da Fazenda, junto ao oceano, até o hotel monumental da Foz do Iguassú, patenteia também a soma formidável dos esforços dispendidos nessas realizações por determinação de V. Excia. aos órgãos administrativos, que tiveram a seu cargo a coordenação, os planos, o exaustivo ajustamento das diretrizes e das providências executivas. Por essa rede, bem podemos imaginar a multiplicidade das decisões que foram necessárias nos inúmeros problemas que se apresentaram e a diversidade enorme de detalhes atendidos pela sabedoria, devotamento e experiência dos servidores públicos incumbidos da relevante tarefa, quando se sabe que, nestes últimos anos, foram construídos, reformados ou iniciados edifícios para alfândegas, correios e telégrafos, quartéis, escolas e colégios, penitenciárias, hospitais, cidades operárias, restaurantes populares, institutos profissionais, lazaretos, patronatos, institutos de pesquisas, núcleos coloniais, autarquias, portos, fábricas, usinas, arsenais, hospícios, estações ferroviárias, aeroportos e dezenas de outros de que a atual exposição dará notícia ao grande público. Tudo isto sem contar o vasto programa de trabalho para conservação e restauração de edifícios e de cidades considerados monumentos do nosso patrimônio histórico e artístico.

Nesse acervo de atividades, convém acentuar, mais uma vez, a função disciplinadora e construtiva do Departamento Administrativo do Serviço Público, a que se deve, em grande parte, o êxito de iniciativas beneméritas e que se vem engrandecendo sob a incansável e competente direção e as inspirações do bem público, que constituem o constante programa do seu ilustre Presidente, o Dr. Luiz Simões Lopes.

Tal é a paisagem que nos proporciona a terceira exposição do Departamento. Contemplando êsse Brasil, que as miniaturas, os desenhos e os relevos oferecem, verificamos que, neste plano das realizações governamentais, como em todos os outros, a nossa época não é um tempo sem revelações; não abriga uma geração cheia de mutismo; não constrói sobre a areia. No capítulo que hoje analisamos, como em todos os outros, o que existe é um Brasil poderoso e irresistível, exigindo moldura para a sua ascensão, espaço mais amplo para os seus serviços, criando novas formas de vida, novos instrumentos de expressão no alvoreço de reformas e construções que buscam assegurar, no mundo subvertido dos nossos dias, uma posição que reafirme para sempre a sua missão civilizadora e a estabilidade do seu destino.

Todo êsse despertar de um novo mundo, entretanto, se transforma numa consagração do insigne estadista que dirige a nacionalidade, porque foi sob a inspiração do patriotismo e a força da incomparável clarividência de Vossa Excelência, Sr. Presidente, que o Brasil se renovou para a perpetuidade".

Terminado o discurso do Ministro Marcondes Filho foi anunciada aos presentes a assinatura, pelo chefe do Governo, de três importantes decretos-leis relativos a edifícios para os serviços públicos, recebendo êles os números e as ementas seguintes :

"Decreto-lei n.º 6.749, de 29 de julho de 1944.
— Dispõe sobre o planejamento e a autorização de obras e equipamentos, relativos a edifícios públicos a cargo dos ministérios civis e do Departamento Administrativo do Serviço Público, e dá outras providências".

"Decreto-lei n.º 6.750, de 29 de julho de 1944.
— Dispõe sobre a fiscalização de obras e equipamentos relativos aos edifícios públicos a cargo dos ministérios civis e do Departamento Administrativo do Serviço Público".

"Decreto-lei n.º 6.751, de 29 de julho de 1944.
— Dispõe sobre os órgãos específicos de edifícios públicos dos ministérios civis".

Êsses decretos-leis foram publicados no *Diário Oficial* de 1 de agosto findo.

Em seguida o Senhor Presidente da República deu por encerrada a sessão e dirigiu-se ao salão de exposições, onde inaugurou a Exposição de Edifícios Públicos, passando, então, a percorrer os seus vários mostruários, numa visita que durou cerca de uma hora.

Durante o tempo de seu funcionamento — de 29 de julho a 24 de agosto — foi a Exposição grandemente visitada por servidores do Estado e pelo público em geral. Entre as figuras de destaque que ali estiveram merece registro especial o Almirante Aristides Guilhem, Ministro da Marinha, que compareceu acompanhado de outras altas patentes da armada. Também estiveram em visita à Exposição uma delegação de alunos da Escola Técnica do Exército, chefiada pelo General Franklin Emílio Rodrigues, comandante da Escola, e outra de alunos da Escola de Estado Maior, chefiada pelo Cel. Fernando Saboia Bandeira de Melo.

No auditório da Exposição, além de sessões cinematográficas oferecidas aos seus frequentadores, foram pronunciadas as seguintes conferências :

"Atividades construtivas do Governo Federal no setor de edifícios públicos". — Dr. Luiz Hildebrando de Barros Horta Barbosa.

"Orientação e conforto térmico dos edifícios públicos". — Dr. Paulo Sá.

“A construção de parques nacionais”. — Dr. Angelo Murgel.

“O Governo e o fomento da produção animal”. — Dr. Mário Teles.

“A ação pública e a particular na indústria da construção civil”. — Dr. Renato Lyra.

“A necessidade de planos para a construção de edifícios públicos”. — Dr. Joaquim Bertino de Moraes Carvalho.

“A assistência aos tuberculosos no Brasil”. — Dr. Samuel Libânio.

“A construção da Fábrica Nacional de Motores”. — Brigadeiro do Ar, Antônio Guedes Muniz.

“Edifícios Escolares para internatos”. — Dr. Me-ton de Alencar Neto.

“A reforma penitenciária e a necessidade de um órgão federal de supervisão, orientação e coordenação”. — Dr. Lemos Brito.

“Memória histórica da construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas”. — Dr. Heitor Grilo.

“Assistência aos leprosos”. — Dr. Ernani Agrícola.

“Assistência aos psicopatas”. — Dr. Adauto Botelho.

“A construção de casas populares”. — Dr. Plínio Cantanhede.

Com a conferência que o Sr. Plínio Cantanhede, Presidente do Instituto dos Industriários, pronunrou na tarde de 24 de agosto, sobre o tema “A construção de casas populares”, e após a exibição de um filme focalizando a construção da vila operária do Realengo, ficou encerrada a Exposição de Edifícios Públicos.

A solenidade de encerramento foi presidida pelo Senhor Luiz Simões Lopes, presidente do D.A. S.P., que pronunciou breves palavras alusivas à obra de racionalização dos serviços públicos, empreendida pelo Departamento. Estiveram presentes o Senhor Gustavo Capanema, Ministro da Educação, e o Senhor Euvaldo Lodi, presidente da Federação das Indústrias, além de diretores do D.A. S.P., altos funcionários e pessoas convidadas.

Aos leitores interessados em conhecer maiores detalhes sobre a Exposição de Edifícios Públicos, recomendamos a leitura da reportagem do nosso colaborador Adalberto Mário Ribeiro, publicada no presente número.

Assistência financeira aos Estados

A propósito da assinatura do Decreto-lei número 6.763, de 3 de agosto findo, o “Jornal do Brasil” publicou, em sua edição de 24 do mesmo mês, um editorial que, com a devida vênia de nossos prezados confrades daquele acatado órgão, passamos a transcrever:

“O recente decreto-lei que autorizou a União a liquidar a dívida interna do Estado do Amazonas, é um marco novo nas relações entre o poder central e as unidades federativas.

Adotado com a primeira Constituição republicana, após uma intensa propaganda política e doutrinária, o regime federal não deu os resultados esperados. Dentro da exagerada órbita de autonomia que lhes foi concedida, os Estados passaram a cuidar de seus problemas, econômicos e administrativos como entidades soberanas, sem atenção às demais parcelas de que se compunha o todo a que pertenciam. Alguns Estados prosperaram, enquanto que outros vegetavam por falta de recursos ou vítimas de erros de seus dirigentes. A desigualdade cada vez mais se acentuava, e a luta e a hostilidade tributárias se empenhavam em agrupar os Estados em grandes e pequenos, fortes e

fracos, ricos e pobres. A submissão econômica e política de uns membros da Federação a outros mais afortunados ameaçava de desagregação a unidade nacional. O separatismo chegou a aflorar como remédio heróico contra a disparidade de recursos, de possibilidades e de tendências políticas e econômicas.

A União assistia impassível a êste espetáculo de autodissolução, e se viu, por vêzes, tutelada pelos interesses de Estados poderosos aos serviços dos quais foi colocada. Com ela não podiam contar os fracos para mobilizar os seus recursos potenciais, incrementar o povoamento e as fontes de energia latentes em seu solo.

O novo regime pôs termo a êsse quadro de perspectivas sombrias para o futuro da Pátria. Desfez, com golpes certos e medidas adequadas, o complexo de que havia Estados privilegiados e Estados desprotegidos. O culto de uma só bandeira, a proibição dos tributos interestaduais e a extinção dos focos de atividade regionalista prepararam terreno para que a União pudesse assumir o papel que hoje desempenha. Fontes de energia e recursos, acumulados no centro, são canalizados para a periferia e vice-versa, num movimento de sistole e diástole de conseqüências benéficas para o todo e as unidades federadas que o compõem. Não são os produtos agrícolas de certa região, o saneamen-